

CONGRESSO NACIONAL

MPV 595

00587

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº , DE

Autor Danilo Forte		Partido / UF PMDB/CE	
1 Supressiva	2Substitutiva	3 Modificativa	4 Aditiva

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Altera os parágrafos 1º e 2º, do art. 5º, e inclui os parágrafos 3º e 4º no mesmo artigo, da Medida Provisória n.º 595/12.

- "§ 1º Os contratos de concessão e arrendamento terão prazo de até vinte e cinco anos, contado da data da assinatura, prorrogável por iguais períodos, desde que os mesmos contenham cláusula com previsão de renovação e sejam comprovados os atendimentos aos objetos do contrato e as diretrizes estabelecidas no Art. 30, da presente Medida Provisória.
- § 20. No prazo máximo de 24 (vinte e quatro meses) de antecedência ao término do contrato vigente, a Autoridade Concedente deliberará sobre a renovação do mesmo e notificará o concessionário e arrendatário sobre a decisão e condições para a eventual renovação.
- § 30 Findo o prazo dos contratos, os bens vinculados à concessão ou ao arrendamento reverterão ao patrimônio da União, na forma prevista no contrato.
- § 4º O Poder Concedente, segundo prévio estudo e posicionamento da ANTAQ e mediante repactuação com o arrendatário, poderá alterar as dimensões e local da área arrendada objeto do arrendamento, com a finalidade de promover a racionalidade técnica, operacional, econômica e ambiental do porto, bem como adeguar a sua operação ao disposto no Plano Geral de Outorgas e ao Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto."

JUSTIFICAÇÃO

Necessidade de deixar claro o processo licitatório e seus desdobramentos,

Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas

Recebido em 13/12/2019, às 18:31 Gigliola Ansiliero, Mat. 257129

com vistas a ampliar a oferta de investimentos nos portos públicos. A inclusão possibilita a adequação das áreas portuárias para obtenção da melhor produtividade e com isso a redução dos custos.

	PARLAMENTAR
Sala das Comissões, de	2012.
Deputado DANILO FORTE	1 Lott -